

**ATA nº 051/2026**  
**COMITÊ DE INVESTIMENTO**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, nos termos do Regimento Interno da Niterói Prev - Comitê de Investimentos (Resolução nº 001/NITPREV/2025), e da Regulação do Ministério da Previdência Social – SPREV (Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022) foram convocados pelo Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA, através de mensagem eletrônica, para a Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada de forma virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes os membros: MARCELO ZANDER VAIANO - Diretor de Finanças; LUCAS JOSÉ LOPES PAZ - Diretor de Investimentos; FABIO DA SILVEIRA OLIVEIRA JUNIOR - Membro indicado; FRANCISCO MIGUEL SOARES - Membro indicado; LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA - Membro indicado; ANDERSON PEIXOTO DE FARIA - Controlador Geral do Município; CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e MICHAEL AGUIAR DA SILVA – Representante da Secretaria Municipal de Administração:

O Presidente iniciou a reunião registrando as boas-vindas ao novo membro Francisco Soares, destacando a importância da recomposição do Comitê em atendimento às exigências do Pró-Gestão RPPS, bem como ressaltando o acompanhamento institucional realizado junto ao grupo de trabalho do Ministério da Previdência, que discute alternativas relacionadas à Resolução CMN nº 5.272/2025 e possíveis caminhos para alcance do nível IV do Pró-Gestão.

**Pauta:**

**1. Relatório Mensal da Carteira de Investimentos – Março de 2026**

O Sr. Lucas José Lopes Paz apresentou o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente ao mês de março de 2026, iniciando pela análise do cenário macroeconômico, com destaque para a elevação das expectativas de inflação, refletida no comportamento do IPCA e nas revisões do Boletim Focus, influenciadas por fatores externos, especialmente o cenário geopolítico internacional e seus impactos sobre os preços do petróleo e custos logísticos.

No cenário doméstico, destacou-se a manutenção de um ambiente de juros elevados, em razão das pressões inflacionárias e da necessidade de ancoragem das expectativas. Observou-se, ainda, aumento na difusão da inflação, indicando maior disseminação dos reajustes de preços entre os diversos componentes do índice.

No segmento de renda fixa, foi ressaltada a volatilidade no mercado de crédito privado, com abertura de spreads em decorrência de eventos específicos, ainda que a carteira do RPPS permaneça posicionada de forma conservadora, com predominância de ativos de elevada qualidade de crédito. Destacou-se, também, a atuação ativa dos gestores na captura de oportunidades em momentos de estresse de mercado.

Em relação à renda variável, observou-se desempenho moderadamente negativo no período, apesar da continuidade do fluxo de capital estrangeiro, sendo ressaltado que os múltiplos permanecem atrativos em termos relativos. Fundos com maior exposição a ativos domésticos apresentaram maior sensibilidade ao cenário econômico.

No que se refere à performance da carteira, foi informado que o patrimônio alcançou aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, com rentabilidade mensal de 1,05%. No acumulado do ano, a carteira apresentou desempenho superior à meta atuarial, atingindo 111,62% da meta, evidenciando a consistência da estratégia de investimentos adotada.

Destacou-se, ainda, a relevância da exposição a títulos públicos indexados à inflação, especialmente NTN-Bs, como instrumento de proteção da carteira em cenários de pressão inflacionária.

Foram apresentados os enquadramentos à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo esclarecido que eventuais desenquadramentos decorrem do período de transição normativa, permanecendo a carteira em conformidade com os prazos regulatórios.

Não havendo manifestações contrárias, o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos foi aprovado por unanimidade.

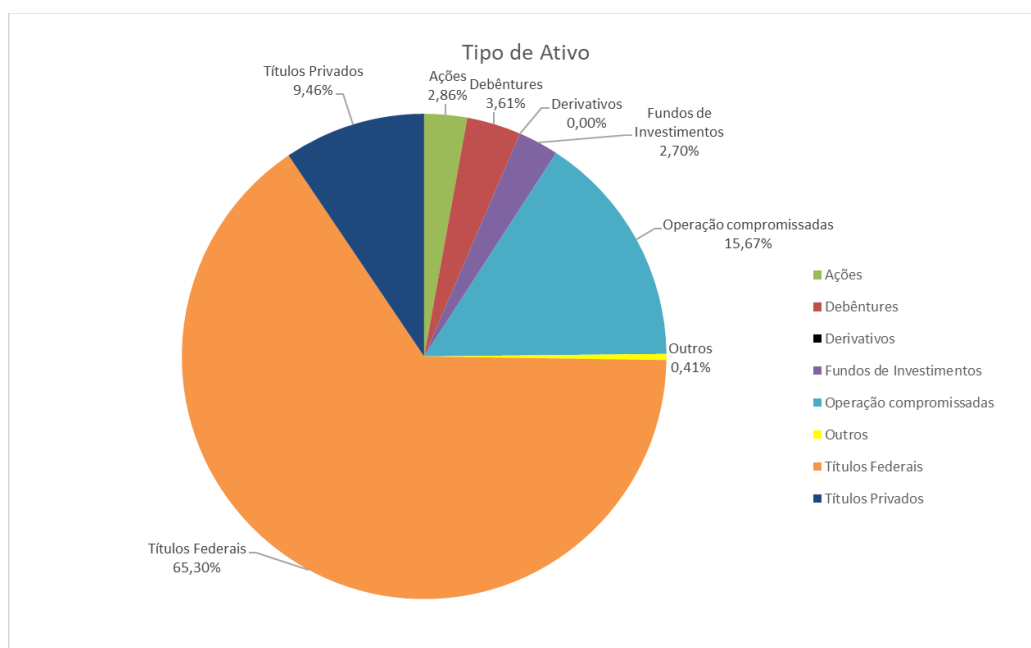
## 2. Relatório de Diligências - 2º Semestre de 2025

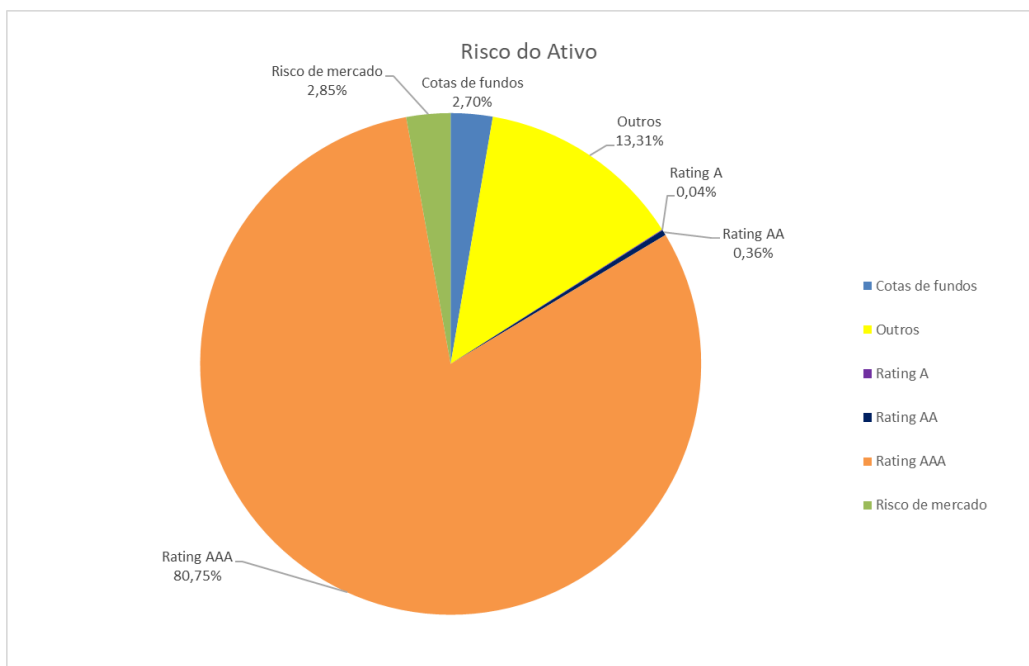
Na sequência, foi apresentado o Relatório de Diligências referente ao segundo semestre de 2025, elaborado em atendimento às diretrizes do Pró-Gestão RPPS, com o objetivo de avaliar a composição e a qualidade dos ativos que integram a carteira de investimentos.

Foi esclarecido que a elaboração do relatório enfrentou limitações operacionais sistêmicas, especialmente relacionadas à integração com o CADPREV, exigindo complementações manuais para adequada identificação dos ativos.

A análise evidenciou a predominância de títulos públicos federais na composição da carteira, além de exposição a ativos de crédito privado, operações compromissadas e renda variável, mantendo perfil conservador e aderente às diretrizes da Política de Investimentos.

Destacou-se que os ativos de crédito privado apresentam, em sua maioria, elevados padrões de qualidade, com ratings compatíveis com a estratégia prudencial adotada pelo RPPS, conforme dados abaixo.





Foram prestados esclarecimentos adicionais acerca dos investimentos imobiliários, especialmente os fundos BTG Hospitalidade e SPX Logística, detalhando-se suas estratégias, características e perspectivas de retorno.

Ressaltou-se, ainda, que determinados fundos podem apresentar limitações quanto à transparência imediata de suas carteiras, em conformidade com a regulamentação vigente, o que pode impactar a análise detalhada no curto prazo.

Não havendo manifestações contrárias, o Relatório de Diligências foi aprovado por unanimidade.

### 3. Critério de Marcação contábil de títulos públicos

Dando continuidade, foi apresentada a política de classificação contábil dos títulos públicos federais, abordando os critérios de marcação a mercado e marcação na curva (mantidos até o vencimento).

Foi esclarecido que a marcação na curva assegura a rentabilidade contratada até o vencimento dos ativos, sendo compatível com a estratégia de imunização da carteira e com o cumprimento das obrigações atuariais do RPPS. Por outro lado, a marcação a mercado permite capturar ganhos decorrentes das variações das taxas de juros, podendo gerar resultados adicionais, embora com maior volatilidade.

Destacou-se que a reclassificação entre as categorias é possível, porém restrita a situações excepcionais, devidamente justificadas e em conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022, devendo ser precedida de análise técnica e demonstração de compatibilidade com o fluxo de caixa do RPPS.

Foi informado que operações recentes com títulos públicos, especialmente NTN-Bs marcadas a mercado, resultaram em ganhos relevantes no curto prazo, evidenciando o potencial da estratégia quando utilizada de forma criteriosa.

Na oportunidade, foi submetida à deliberação a proposta de ampliação do limite de aplicação em títulos públicos federais classificados como mantidos até o vencimento (marcação na curva), bem como a manutenção da autorização permanente de R\$ 100 milhões para realização de operações com marcação a mercado, inclusive com possibilidade de realização de lucros e reinvestimentos oportunistas.

Considerando o saldo atual da carteira de NTN-Bs, de R\$ 1.305.718.425,09, foi aprovada a proposta a ampliação em R\$ 330.000.000,00 do valor aprovado para aquisição de NTN-Bs, chegando ao saldo de R\$ 1,8 bi, conforme tabela abaixo:

Fundo de Investimento/Ativo	CNPJ	Lei	Saldo atual	Aplicações autorizadas	Valor total autorizado	Nº reunião	Data de aprovação
Títulos Públicos Federais – (NTN-Bs)	n/a	7º III	1.305.718.425,09	484.281.574,91	1.800.000.000,00	nº51/2026	15/04/2026

Após debates, as propostas foram aprovadas por unanimidade.

#### **4. Conclusão do Comitê de Investimentos:**

O Comitê de Investimento concluiu que a carteira permanece aderente à meta atuarial e às diretrizes estabelecidas, evidenciando consistência na estratégia adotada. Foram aprovados, por unanimidade, todos os itens constantes da pauta, reafirmando o compromisso com a gestão prudente, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e destacando o caráter produtivo das discussões. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

**Heitor Pereira Moreira**  
Presidente da Niterói Prev

**Francisco Miguel Soares**  
Membro indicado da Niterói Prev

**Lucas José Lopes Paz**  
Diretor de Investimentos da Niterói Prev

**Michael Aguiar da Silva**  
Representante da Secretaria Municipal de  
Administração – SMA

**Marcelo Zander Vaiano**  
Diretor de Finanças da Niterói Prev

**Fabio da Silveira Oliveira Junior**  
Membro indicado da Niterói Prev

**Luiz Antônio Francisco Vieira**  
Membro indicado da Niterói Prev

**Caroline Ribeiro de Souza**  
Representante da Secretaria Municipal  
de Planejamento e Modernização  
da Gestão - SEPLA

**Anderson Peixoto de Faria**  
Representante da Controladoria  
Geral do Município – CGM